



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 245 - DE 02 a 16 DE SETEMBRO DE 2002- R\$ 1,00



Combater a ALCA

Frente Única Antiimperialista

PT se rende às pressões da burguesia

O PSTU e seu programa para as eleições

Contra os partidos burgueses e o reformismo conciliador, nas eleições gerais de 2002:

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Dako demite 51 empregados em Campinas por justa causa

A GE Dako, fabricante de eletrodomésticos, demitiu, no início de agosto, por justa causa, 51 funcionários da fábrica de Campinas. Eles estavam suspensos há um mês, por causa da participação em uma greve realizada entre os dias 2 e 8 de julho. Outros oito trabalhadores suspensos deverão ser reintegrados. O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região informou que deve recorrer à Justiça.

A empresa alega que os grevistas teriam invadido áreas da fábrica e constrangido outros funcionários, que não tinham aderido à greve. Entre os demitidos estão portadores de doenças profissionais e integrantes da Cipa.

A paralisação aconteceu por causa do impasse nas negociações sobre a participação nos lucros ou resultados (PLR).

Scania antecipa férias no ABC

A falta de perspectiva de recuperação do mercado levou a Scania a anunciar a concessão de períodos alternados de férias para funcionários na fábrica de São Bernardo. Um grupo de 280 trabalhadores com férias vencidas ficarão em casa, durante 30 dias, a partir de 2 de setembro. Esse esquema, chamado pela Scania de férias seletivas, poderá se repetir em outubro, novembro e dezembro.

Segundo a Scania, a ociosidade na fábrica está em torno de 20%. Os 280 funcionários que entrarão em férias correspondem a 20% dos 1.400 trabalhadores ligados diretamente à produção. No total, a unidade tem 2.100 empregados.

Além das férias, a Scania está com 65 funcionários em licença remunerada há cinco meses. No início do mês passado, a empresa chamou esses trabalhadores para discutir a adesão a um programa de demissão voluntária, mas eles preferiram permanecer. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aceitou o acordo que prevê estabilidade até 27 de novembro.

O fechamento da Solectron

A Solectron, indústria eletroeletrônica com 700 empregados, planeja transferir a produção para Jaguariúna, a 200 quilômetros do Vale do Paraíba. O sindicato prometeu resistir ao fechamento da fábrica. A empresa anunciou que vai oferecer aos trabalhadores a opção de transferência para a nova fábrica.

A Solectron atribuiu a transferência à necessidade de atender melhor seus clientes, no caso a Hewlett-Packard, com quem assinou carta de intenções prevendo a mudança da produção de São José e também da fábrica de Hortolândia para a unidade de Jaguariúna.

O presidente do sindicato (PSTU) reclama que a empresa contou com isenções fiscais quando foi inaugurada na região há cinco anos. Agora o sindicato está pedindo uma audiência com o prefeito de São José, Emanuel Fernandes (PSDB) para cobrar providências.

As indústrias de São José e região demitiram 4.766 metalúrgicos entre junho de 2001 e junho deste ano, segundo o sindicato. Em junho do ano passado, existiam 40.322 postos de trabalho. Hoje a base é estimada em 35.534 trabalhadores.

Aumenta o ataque patronal contra os metalúrgicos

As demissões previstas da Mercedes não é um acontecimento isolado. Faz poucos dias que a Cofap demitiu 60 companheiros, Metal Leve, 17 e a Proema outros tantos. No começo do ano, a Volks demitiu 700, impôs a redução de 15% no salário, os novos contratados entram ganhando um salário 30% menor e tem aumentado a terceirização. Foi por isso que chamamos o acordo da Volks de **acordo maldito**. A Scania seguiu o mesmo caminho. A verdade é que as demissões vêm sendo feitas na maioria das fábricas. O desemprego atingiu um número alarmante. Isso significa que os desempregados não acharão trabalho tão cedo.

Não vamos aceitar as demissões e nem os acordos malditos

Existem dois caminhos a seguir: ou se organiza uma greve unitária ou se abaixa a cabeça para a Mercedes passar o facão. O caminho correto é o da luta. É preciso exigir que o sindicato organize imediatamente a greve na Mercedes. Essa história de greve pipoca desvia o caminho da greve unitária. O patrão ri da greve pipoca. É necessário ser sério no combate ao desemprego. Ser sério é organizar a paralisação de toda a fábrica. É com a greve que os trabalhadores rejeitarão as demissões e o acordo maldito que será imposto.

É hora da assembléia geral de todos os metalúrgicos

É preciso não apenas organizar a greve na Mercedes mas também exigir que o sindicato convoque uma assembléia geral de todos os metalúrgicos. Isso porque as demissões estão por toda parte. Não é possível breçar o facão dos capitalistas (patrões) com apenas com movimento por fábrica. A experiência já mostrou que o isolamento das fábricas favorece o plano de demissão. Trata-se de defender a organização da greve na Mercedes e que seja convocada uma assembléia de todos os metalúrgicos, convocada em todas as fábricas.

Uma assembléia de todos os metalúrgicos que aprove um plano de luta

Os metalúrgicos não podem continuar se submetendo aos acordos malditos, aos PDVs, banco de horas, terceirização e redução salarial. Os patrões já estão cortando nos ossos dos assalariados. A classe operária tem suas reivindicações contra as medidas patronais. Algumas delas:

1. Redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários (escala móvel dos horas de trabalho);
2. Reposição das perdas salariais, incluindo as perdas contidas nos acordos malditos;
3. Fim de toda terceirização; do trabalho temporário e dos salários diferenciados;
4. Defesa de todos os direitos trabalhistas

O que falta é discutir na assembléia geral esse plano operário e com ele nos defender contra o plano patronal.

É hora da Assembléia geral de todos os metalúrgicos
Contra as demissões, redução salarial e destruição de direitos trabalhistas
Fim dos acordos malditos, volta dos empregos e dos salários
Unidade operária contra os patrões

PT e Lula vão longe em compromissos com a burguesia

Lula tem sido aplaudido na Fiesp, Febraban, pelos empresários da Zona Franca de Manaus, usineiros e pelos novos ricos do Rio de Janeiro, chamados de emergentes. As vozes são unânimes: o PT e Lula mudaram. O que quer dizer que se abraçaram aos interesses dos capitalistas. Trata-se do compromisso estratégico de defesa do capitalismo, portanto das relações, formas e meios de domínio da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

O funcionamento do capitalismo se dá por meio da ditadura de classe da burguesia sobre as massas oprimidas. O Estado é o instrumento dessa ditadura da minoria sobre a maioria. O compromisso governamental do PT/Lula com

os exploradores se concretizará pela administração econômica, política e militar (repressiva) da ditadura de classe.

As noções de democracia participativa e as promessas de reformas em favor dos famintos não eliminam e nem amenizam a ditadura de classe dos exploradores. Uma vez assegurado esse compromisso histórico, o PT pôde contar com apoio de setores da oligarquia regional e anuência do grande capital.

Camadas inteiras da classe operária, de camponeses pobres e classe média arruinada urbana serão arrastadas por detrás desse pacto do PT com a burguesia. As massas esperam as reformas prometidas e assim são enganadas pelos traidores.

O fato do PT ir fundo no seu compromisso histórico com a ditadura de classe dos capitalistas o coloca inteiramente em contraposição às necessidades elementares dos assalariados, dos camponeses, desempregados, pobres e famintos. O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores a não votarem no PT e em nenhum partido da burguesia. Chama a construir o partido da revolução e ditadura proletária. Chama a organizar desde as fábricas, campo, escolas, bairro populares a luta por suas reivindicações, contra o imperialismo e o capitalismo. O POR chama os trabalhadores a votarem nulo em defesa desse programa e do método da ação direta.

Programa do PSTU para as eleições: junto aos reformistas, clericais e “intelectuais”?

O PSTU lançou “O Programa de Governo-Eleições 2002”. Explica que participaram em sua discussão personalidades como Valdemar Rossi (Pastoral Operária), Ricardo Gebrin (Consulta Popular); Plínio de Arruda Sampaio JR (intelectual); o embaixador Samuel Pereira e muitos outros considerados intelectuais de esquerda. Deixa claro que “o objetivo de todos era o mesmo: participar da discussão de um programa de esquerda para as eleições em 2002”. Não transparece o quanto tais representantes do reformismo, do clericalismo e intelectuais influenciaram o Programa de Governo. E também não sabemos se estão comprometidos com ele, a ponto de romperem com o PT e não votarem em Lula.

Estamos convencidos - até que o PSTU demonstre o contrário - de que continuam com o PT. Se estivermos certos, restam as perguntas: Por que o PSTU recorreu a tais figuras - incluindo o embaixador Samuel Pinheiro - e porque ressaltou a participação deles na discussão se não havia um real compromisso com tal “programa de esquerda”?

Vamos supor que estejamos errados - eles rompem com o PT e votam no PSTU, mesmo assim há uma pergunta a fazer. Estes representantes, conhecidos por

sua aversão ao marxismo, à revolução, à luta de classe etc. estariam de fato pelo Programa da candidatura do PSTU?

Em ambos os casos, a resposta é *não*.

Então o que quer o PSTU? Tem ilusão de que estarão com seu programa contra o do PT e que se deslocarão para o PSTU? Ou o PSTU os utiliza para demonstrar que é democrático e que os petistas descontentes podem vir para sua seara? Tudo indica que a resposta mais convincente é a esta última.

O PT se jogou abertamente nos braços da burguesia e o PSTU já não pode acobertar esse fato. Uma camada de petistas está descontente e o PSTU espera inchar suas fileiras com esse contingente.

Há um outro cálculo do PSTU. Com a informação de que Rossi (ligado ao catolicismo), Arruda Sampaio Jr (esquerda petista ligada ao catolicismo), Samuel Pinheiro (embaixador crítico da Alca) e acadêmicos de esquerda participaram da discussão do Programa da “esquerda para valer”, o PSTU espera ganhar apoio eleitoral de determinados setores e mostrar que isso pode ser feito uma vez que o seu “Programa de Governo” tem a participação de personalidades fora do marxismo, do comunismo etc.

O convite a personalidades tão des-

coladas e distantes das tarefas revolucionárias é mais um feito do oportunismo centrista dos “morenistas” (seguidores do ideólogo argentino Nahuel Moreno e revisionista do trotskismo).

Não se pode construir um partido da revolução socialista com estes meios e métodos. A posição de se apresentar um “Programa de Governo” para as eleições coloca o PSTU na vala comum do eleitoralismo, apesar deste criticar no seu “Programa de Governo” a estratégia eleitoralista do PT. O PSTU mostra que se pode ser eleitoralista até com um programa de transformações que só os explorados podem realizar pela via da revolução proletária.

Radicalismo sem consequência

O “Programa de Governo” do PSTU procura, de um lado, criticar o Programa do PT, mostrando que é burguês e continuísta, e, de outro, apresentar “uma série de medidas que demonstram como um governo dos trabalhadores, rompendo com o imperialismo, pode levantar os recursos, não só para garantir condições dignas de vida e trabalho para a população mas também para impulsionar um verdadeiro crescimento econômico e cultural do país.

Apresenta 14 pontos discutidos na Conferência, que não ultrapassam reivindicações e reformas no interior do capitalismo. Mas a eles foram acrescentados outros, que nos parece não terem feito parte da Conferência e que foram adendados posteriormente.

Citemos a observação do próprio PSTU. "A proposta de programa que queremos apresentar aqui parte destes 14 pontos discutidos na Conferência, aos quais são agregados outros, que definem com clareza um perfil anticapitalista, como a estatização dos bancos e das grandes empresas". Como se vê, a Conferência não aprovou um programa anti-imperialista e anticapitalista. A direção do partido procura posteriormente dar um "perfil anticapitalista".

O conceito de "perfil" não nos parece ser tão-somente um descuido conceitual. Indica a leviandade como o centrismo trata a elaboração do programa e como o programa expressa a natureza do partido. É que, para os revisionistas do marxismo, o partido não é o programa e vice-versa. Trata-se de uma verruga sobre a pele.

O que a Conferência de fato aprovou foi uma lista de pontos que se limitam a reformas.

Não se pode ter nada contra a luta por reformas, desde que não sejam instrumento do eleitoralismo e que estejam submetidas à estratégia da revolução. As duas condições são negadas no "Programa de Governo".

O PSTU quer demonstrar que há recursos para se realizar as reformas. Defende um "plano de emergência" e explica que os recursos sairão "dos bolsos dos banqueiros internacionais pelo não pagamento a elas das dívidas externa e interna". Um ponto sensível é o da reforma agrária. O PSTU coloca a tarefa de expropriar os latifúndios sem indenização. É uma medida revolucionária que só pode ser realizada por um governo revolucionário.

Chama a atenção, nesse sentido, como o "Programa de Governo" a concebe. Explica: "Pode-se argumentar que não haveria base legal para uma medida desse tipo. Mas, um governo das maiorias, em especial dos trabalhadores que estivesse convencido dessa medida, teria todas as condições para desencadear uma mobilização popular nacional que a impusesse". O PSTU responde ao questionamento da legalidade com o desconhecimento da ordem jurídica e imposição pela força da

mobilização. Na aparência, o Programa defende uma medida revolucionária das massas. No entanto, não expõe o essencial. Como se constituirá tal "governo das maiorias"? Pelo Programa, entende-se por meio das eleições, nas quais o PSTU participa com uma candidatura presidencial, tanto é que atribui a esse governo "as condições para desencadear (grifo nosso) uma mobilização popular".

No entanto, um governo saído das eleições está condicionado pela legalidade, pela democracia burguesa. Não é um governo revolucionário, pois não será produto da derrubada da burguesia pela insurreição armada dos explorados, sob a direção do proletariado. A luta pelo poder do Estado, por meio da revolução, expressa a "mobilização popular". Os camponeses já estarão sublevados pela expropriação do latifúndio. Não será um governo eleito em uma situação de domínio burguês sobre as massas que poderá pôr em marcha a revolução. Essa é uma tese morenista que está por detrás da formulação de um governo que desencadeará a mobilização popular para expropriar sem indenização os latifúndios.

O mesmo diz respeito à estatização do sistema financeiro e estatização dos grandes monopólios.

Os pontos 6 e 7, que finalizam o Programa de Governo, são dedicados à estratégia. O PSTU comparece nas eleições com a bandeira de governo dos trabalhadores. Formula assim: "Um governo dos trabalhadores da cidade e do campo não deveria ter em sua composição representantes da burguesia, e sim dos operários, camponeses em luta, e estar apoiado nas mobilizações e organizações dos trabalhadores e do povo como os sindicatos e o MST. Nossa proposta é que o governo seja exercido através de conselhos populares (...)"

Está claro que se trata de um governo saído das eleições sem representação burguesa (sem coligação com partidos da burguesia), apoiado em conselhos populares. Os morenistas concebiam anteriormente tal governo por meio do PT. O apoio eleitoral até ontem da Convergência Socialista e depois PSTU ao PT se deu em torno dessa linha (muito criticada pelo POR).

A noção de que os operários e camponeses em luta poderão eleger um governo seu e este vir a se apoiar em conselhos populares é idealização do centrismo, que evita encarar o marxis-

mo-leninismo-trotskismo de frente. Mascara de revolucionarismo sua adaptação ao reformismo e ao eleitoralismo. Repetimos, não se constitui um governo revolucionário por meio de eleições. Não se improvisa conselhos populares para apoiar um governo nascido das eleições.

Não é por acaso que o PSTU não se refira a esta nossa tese. Sabemos o porquê.

Não há experiência histórica que contrarie essa premissa.

O revisionismo social-democrata pretendeu rejeitar a revolução com a premissa da conquista do poder pela classe operária por meio do voto e do exercício da democracia burguesa. A posição estratégica do PSTU está marcada pela visão social-democrata.

O ponto 7 parece desmentir essa nossa conclusão, mas só na aparência. Rejeita a posição de uma ala da esquerda petista que admite apenas uma "revolução democrática" na situação, que teria por tarefa desenvolver um capitalismo nacional (voltado para o mercado interno). O PSTU, ao contrário, rejeita o etapismo e defende "a estratégia da revolução socialista".

Recorre à formulação da revolução permanente: "O capitalismo em seu estágio imperialista controla com mãos de aço a América Latina. As revoluções, mesmo que tenham de resolver tarefas democráticas (as mais importantes são a libertação do imperialismo e a reforma agrária) adquirem um caráter socialista, pelos setores sociais que a protagonizam (proletariado, campesinato, setores populares) e pelos inimigos que enfrentam (o imperialismo e setores burgueses associados)".

O PSTU deixa de colocar o fundamental: que a solução das tarefas democráticas e a derrota do imperialismo se darão sob a ditadura do proletariado. O que quer dizer que tais tarefas serão produtos da revolução proletária. Não tem o menor valor contrapor-se aos reformistas e à sua esquerda com a "estratégia da revolução socialista", se esta não for a da revolução e ditaduras proletárias.

O PSTU faz uma caricatura da revolução permanente. Com ela, mascara sua estratégia de governo dos trabalhadores da cidade e do campo saído das eleições, apoiado em conselhos e impulsor das transformações revolucionárias. Não é por acaso que o PSTU chama tudo quanto é reformista, clerical e acadêmico para discutir seu "Programa de Governo" para as eleições.

Manifesto do POR em Fortaleza (CE)

Nem Serra, nem Ciro, nem Garotinho, nem Lula!

Nestas eleições, vote nulo por um programa operário, anticapitalista e antiimperialista (contra FMI, BID)

Por que votar nulo

O POR faz um chamado aos trabalhadores, juventude estudantil, camponeses e demais explorados a votarem nulo nestas eleições, a rejeitarem as candidaturas de Serra, Ciro e Garotinho, que representam os interesses da burguesia, do grande empresariado nacional, das multinacionais e a rejeitarem a de Lula (PT/PL), que é uma candidatura de colaboração de classe (entre explorados e exploradores) adaptada às reformas neoliberais impostas pelas potências imperialista e implementadas pelo governo FHC.

Os candidatos tanto situacionista como os opositoristas já acertaram nos bastidores o fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para dar garantias aos especuladores internacionais de que, qualquer um que for eleito, fará cumprir à risca todos os acordos antinacionais e antipopulares realizados durante o governo Fernando Henrique. Votar nulo, portanto, significa rejeitar toda a política capitalista dos grandes partidos na disputa eleitoral e defender um programa anticapitalista e antiimperialista da revolução proletária.

O significado das eleições

As eleições são o campo de disputa entre os partidos burgueses (patronais) para ver quem será o próximo governo a manter a exploração dos trabalhadores. Por isso, qualquer presidente que saia das eleições governará para os capitalistas. Assim os operários, camponeses pobres e a classe média arruinada, da qual faz parte a maioria da juventude estudantil não devem cultivar esperanças de que com a eleição do próximo governo as coisas vão mudar em seu favor.

Todos os candidatos estão comprometidos com as diretrizes econômicas traçadas pelo FMI. O superávit primário (despesas-receitas) de 3,75% do PIB, as metas inflacionárias etc. O próximo governo, seja quem for, aplicará tais medi-

das.

A candidatura de Serra é a que melhor representa os interesses da grande burguesia e do capital financeiro internacional. Entretanto, o descontentamento popular com o Plano Real, cuja essência é o arrocho salarial/desemprego e a divisão no seio da burguesia sobre a continuidade do plano, ou seja, quanto ao ritmo e profundidade das reformas neoliberais têm levado a maior parte da burguesia a apoiar outras candidaturas. A de Ciro, bem como a de Lula e secundariamente a de Garotinho são alternativas nesse sentido, servem aos banqueiros, os latifundiários, grandes industriais e comerciantes. Tais candidaturas diferenciam-se apenas em aspectos particulares, defendem na essência o mesmo plano neoliberal (pró-imperialista). Não são, portanto, de ruptura com as reformas de FHC e sim de continuidade.

Ciro, que foi governador do Ceará e Ministro da Fazenda de Itamar Franco, tem um longo histórico como serviçal da burguesia. Foi do PDS, partido da ditadura militar, ajudou na implantação do Real e promoveu ataques às conquistas dos trabalhadores, à educação etc, na mesma linha de FHC.

Por que o POR rejeita a candidatura Lula/José Alencar (PT/PL)

Porque se trata de uma frente com uma parcela da grande burguesia, dos grandes empresários, apoiada na burocracia sindical e numa parcela do empresariado nacional que pretende continuar as reformas iniciadas pelo governo FHC. Porque a política do PT (corrompido econômico e politicamente) é de reformar o capitalismo apodrecido que mata milhões, é de combate às greves, ocupações de terra, movimentos de massa dos trabalhadores etc. Por isso faz, não uma oposição de classe (dos interesses operários contra a burguesia), mas sim uma oposição parlamentar/eleitoreira den-

tro das idéias e do programa burguês de reforma do Estado. A paralisação dos sindicatos e a política assumida nos Estados e prefeituras controladas pelo PT está em conformidade com as pressões imperialistas e seu plano neoliberal. A busca de um vice no seio do empresariado (José de Alencar, senador pelo PL, é um dos maiores empresários têxteis do país) tem a função de mostrar que o PT já é um partido da ordem burguesa pronto a assumir a política pró-imperialista ditada pelos potências.

O PT diz em palavras ser contrário a proposta da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e defensor do Mercosul. Na prática, no entanto, tem sinalizado com a possibilidade de negociar. Apenas diz que a proposta atual é de difícil negociação. Não por acaso Lula pronunciou-se na imprensa que deveria seguir o modelo da União Européia com parlamento etc. A Alca (um bloco econômico em que os EUA terão mais acesso aos mercados dos países pobres) trará como conseqüências: aumento da fome, desemprego, privatizações e perda da soberania nacional. A capitulação do PT frente à Alca (recusou impulsionar o plebiscito) indica que esse partido chegou ao ápice do apodrecimento.

Por que não se deve apoiar a candidatura de José Maria (PSTU)

O PSTU lançou pela segunda vez uma candidatura própria. Fez um chamado ao PT para uma frente das "esquerdas" com Lula à frente de um programa anticapitalista. Estaria disposto com isso a abandonar a candidatura própria se o PT assumisse tal linha. O PT pouco ligou para os apelos "socialistas" e se aliou a um partido burguês (PL).

O PSTU sempre foi um ardoroso defensor de Lula e da frente popular. Sempre alimentou nos trabalhadores ilusões de um Lula capaz de romper com a burguesia, com o FMI etc e assumir um programa anticapitalista e antiimperialista.

O PSTU age como ala esquerda do reformismo, por isso se cala diante da adaptação do PT ao neoliberalismo, dos ataques do PT aos trabalhadores onde este é governo, do combate às greves pela burocracia sindical etc.

Em nenhum momento o PSTU admitiu discutir a tal frente dos trabalhadores com as correntes que se reivindicam do marxismo. O motivo é que a decisão de lançar candidatura própria não ocorreu porque rompeu com sua política de apoio ao reformismo petista, mas sim por razões eleitorais-oportunistas. Para melhor se aproximar do PT é essencial não se aliar a correntes minoritárias e assumir um programa independente do reformismo, de denúncia de sua capitulação e traição.

lação e traição.

O oportunismo do PSTU é tanto que ao mesmo tempo que fala da necessidade de um novo partido de massas, oposto ao PT, está disposto a retirar sua candidatura se Lula romper a aliança com a burguesia. O PSTU não atacará a linha capitalista do PT e sua adaptação ao neoliberalismo para finalmente apoiar Lula no segundo turno.

Diante do quadro eleitoral que se apresenta e por não ter condições de lançar candidatura própria, o POR está obrigado a chamar os trabalhadores a votar nulo, rejeitar as candidaturas de Lula (PT/PL) e José Maria (PSTU) e a defender o programa da revolução proletária da ação direta para derrubar o

capitalismo.

Vote nulo! Digite 00+confirma

Em defesa da ação direta (greves, passeatas, manifestações etc) para impor nossas reivindicações!

Por um sistema único de ensino público, gratuito, laico e ligado à produção social! Fim do ensino privado!

Contra o desemprego: redução da jornada de trabalho sem redução de salário

Defesa da soberania nacional! Contra a Alca! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Contra o capitalismo! Por um governo operário-camponês! Pela revolução social!

Plebiscito Nacional Contra a Alca

Manifesto do Partido Operário Revolucionário contra a Alca

A classe operária, camponeses, demais trabalhadores e juventude estudantil têm pela frente a tarefa de colocar em pé um movimento antiimperialista e anticapitalista contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Esse tratado não corresponde às necessidades econômicas e sociais da América Latina. Diz respeito única e exclusivamente às necessidades do capital internacional e, particularmente, da fração imperialista norte-americana.

Os governos e as burguesias de nosso continente estão com as portas abertas para a Alca. A fração burguesa, que teme o futuro de seus negócios, é incapaz de resistir às pressões dos Estados Unidos e romper a subserviência histórica.

Para se barrar a estratégia econômica e militar das potências, é preciso um movimento massivo de frente única antiimperialista do proletariado unido à maioria oprimida. É para constituir essa frente única antiimperialista que o POR chama os explorados e a juventude a votarem no plebiscito contra a Alca.

1. A Alca é extensão do Nafta (Acor-

do de Livre Comércio da América do Norte). Os Estados Unidos com esse tratado impôs ao México e Canadá as condições comerciais, industriais e financeiras. Se o México já era uma quase colônia da burguesia norte-americana, com o Nafta se comporta como colônia. Escancara suas fronteiras nacionais às corporações e submete totalmente o curso de sua economia aos ditames do capital imperialista. Suas bases econômicas se desintegram, desnacionalizam, drenam riquezas acumuladas e expandem a miséria da maioria oprimida.

2. A Alca é continuidade da política neoliberal. Os governos latino-americanos e sua burguesia aplicaram disciplinadamente as medidas antinacionais e antipopulares ditadas pelo imperialismo. Em pouco mais de uma década, a economia desses países sofreu profundo retrocesso, explodiu o endividamento interno e externo, os Estados semicoloniais se mostraram falidos, milhões de postos de trabalho foram destruídos e, com o desemprego, a miséria tomou conta da maioria. Desta-

ca-se a destruição de elementares direitos trabalhistas, previdência social, saúde e educação. As privatizações revelaram ser de interesse exclusivamente do grande capital. Resultaram em expropriação dos recursos públicos e instrumento da desnacionalização. A Alca vem no sentido de ampliar o saque das semicolônias e assegurar a concentração do grande capital.

3. A Alca é a ampliação do domínio militar dos Estados Unidos. No Brasil, o intervencionismo se concretiza com a entrega da Base de Alcântara e implantação do sistema Sivan, controlado por órgãos de segurança norte-americanos. A instalação bélica do imperialismo em Alcântara constitui ingerência militar direta em território nacional. Há muito os Estados Unidos almejavam esse objetivo. Essa conquista do imperialismo dá seqüência ao Plano de sitiar toda a América Latina com bases militares no interior de suas fronteiras. Estão instaladas na Colômbia (Três Esquinas e Tolimas), Equador (Manta), Peru (Iquitos). É próprio do capitalismo imperialista a militarização das relações econômicas,

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

nacionais e sociais. O combate contra a Alca implica derrotar a estratégia bélica do imperialismo.

4. A Alca não é um acordo de livre-comércio. É o intervencionismo dos monopólios e do capital financeiro imperialista por cima das fronteiras dos países semicoloniais. Quem dita as normas e as condições do comércio são as corporações. Os Estados imperialistas administram e executam a política da burguesia monopolista. A superprodução, o estreitamento do mercado mundial e a guerra comercial obrigam as potências a romperem as reservas de mercado interno que, por ventura, ainda existam a serviço da burguesia semicolonial. As potências são protecionistas. As semicolônias estão condicionadas às barreiras levantadas pelos monopólios. Em qualquer ramo que o capital semicolonial tenha alguma capacidade competitiva, padece de limites impostos unilateralmente pelos governos imperialistas. O livre-comércio é uma máscara da ditadura da burguesia imperialista sobre os países de economia atrasada.

5. A Alca não é uma alavanca para o desenvolvimento da economia regional e mundial. É falso o argumento de que o tratado de livre-comércio permitirá a economia latino-americana sair da estagnação e se projetar mundialmente. Um pequeno punhado de nações poderosas (grupo dos 7) controla mais de 70% das riquezas mundiais. A maioria dos países conserva o atraso econômico e não pode superá-lo sob a forma capitalista de produção. A centralização e concentração de capitais num pequeno número de potências correspondem às leis de funcionamento do sistema capitalista. Quanto maior for a penetração dos monopólios e quanto maior for a dependência financeira dos Estados semicoloniais, maiores serão os obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas internas. A Alca corresponde a essa lei. Portanto, trata-se de mais uma trava ao desenvolvimento econômico e social dos países semicoloniais.

6. A Alca expressa a disputa interimperialista pelo maior controle dos países semicoloniais. O imperialismo substituiu a fase do capitalismo concorrencial pela do capitalismo monopolista. Estabeleceu a divisão do

mundo em áreas de influência e exploração pelas potências. O estreitamento do mercado mundial e a potencialização da crise econômica nas fronteiras das potências as obrigam a retomar a disputa na divisão do mundo. O movimento dos capitais em torno de blocos econômicos expressa a guerra comercial e a ofensiva contra as semicoloniais. Os débeis países, arrastados pelos blocos, servem de bucha de canhão na disputa interimperialista (EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Japão). A Alca faz parte da estratégia mundial do imperialismo norte-americano para assegurar e ampliar sua hegemonia. Em toda parte cresce o intervencionismo da burguesia ianque. Não se pode separar os objetivos da Alca dos objetivos econômicos e militares traçados pelos Estados Unidos para o Oriente Médio, Ásia e África.

Trabalhadores, o capitalismo vive uma crise estrutural. O que quer dizer que não pode encontrar solução para o atraso econômico das nações oprimidas e para a miséria que atingiu amplas camadas da população mundial. A solução dada pelo imperialismo é a de destruir riquezas já criadas e impossibilitar o desenvolvimento amplo de forças produtivas. A crise estrutural se manifesta na desintegração mundial do capitalismo. Em nosso país, vivemos a desintegração por meio da destruição maciça de postos de trabalho, do desemprego crescente e da pobreza que se alastra. Na Argentina, temos o retrato mais acabado da desintegração, que em pouco tempo jogou milhares e milhares de trabalhadores na mais profunda miséria. A Alca é um instrumento dessa desintegração e de proteção ao capital parasitário.

Trabalhadores, o enfrentamento ao imperialismo só é possível com os métodos de luta da classe operária. Ou seja, da mobilização de massa e da organização dos explorados por meio da luta de classe. Logo vemos que não será com promessas eleitorais e com ilusões em governos eleitos que enfrentaremos a desintegração do capitalismo e as violentas medidas impostas pelo imperialismo.

Trabalhadores, o POR não é o organizador do plebiscito, mas o apoia na atual circunstância como meio para de-

fender o programa antiimperialista e anticapitalista. Dizemos que, para lutar contra a Alca, é preciso colocar as reivindicações das massas oprimidas, como emprego, salário, terras aos camponeses, defesa dos direitos trabalhistas etc, como ponto de partida de enfrentamento à opressão do grande capital interno e externo. O POR se coloca dessa forma porque é um partido que luta pelo programa de destruição do capitalismo por meio da revolução e ditadura proletárias.

Trabalhadores, a tarefa colocada é de constituir a frente única antiimperialista, sob a direção do proletariado e embasada na aliança operária e camponesa. Não haverá luta conseqüente contra a Alca sem que a classe operária esteja à frente com seu programa e método de luta. Certamente, temos de construir o partido operário e revolucionário para transformar o ódio antiimperialista e anticapitalista da maioria oprimida em força social da revolução proletária.

Trabalhadores, desde os movimentos pela independência das colônias se tentou a integração latino-americana. Mas esta sempre fracassou sob o domínio do colonialismo e, em seguida, do imperialismo. O fracasso do Mercosul é o mais recente fiasco das burguesias latino-americanas, tendo à frente a do Brasil. Sob o capitalismo em desintegração, só podemos esperar disputas entre as nações, saques e guerras. O programa do proletariado para a integração da América Latina tem como a estratégia a bandeira dos **Estados Unidos Socialistas da América Latina**. É com ela que dizemos que a cooperação entre os povos em todo o mundo depende da derrocada do capitalismo pela revolução socialista mundial e desenvolvimento de uma ordem superior, que é o comunismo.

Fora o imperialismo da América Latina!

Fora a Alca!

Pela defesa do emprego, do salário, da terra aos camponeses e direitos trabalhistas!

Por uma Frente Única Antiimperialista!

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Manifesto de entidades da PUC contra a Alca

O Manifesto abaixo foi aprovado no Comitê anti-Alca, constituído na PUC/São Paulo. No debate do dia 28/agosto, cujo tema era sobre a crise latino-americana, o Manifesto foi lido e aprovado por aclamação. No mesmo dia, foi lido no debate sobre a Alca, organizado pelo curso de Geografia. A importância do Manifesto está em que procura expressar uma posição dos trabalhadores contra o imperialismo. Logo no início, ressalta que não se deve confundir a posição dos trabalhadores com interesses capitalistas.

Manifesto contra a Alca

O movimento contra a investida dos Estados Unidos para impor aos países latino-americanos a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) está sendo impulsionado por um plebiscito nacional e continental. Em nosso país, foram constituídos um comitê nacional e comitês estaduais e regionais. Na PUC, organizamos a campanha anti-Alca com uma clara posição dos trabalhadores, portanto, sem se confundir com interesses capitalistas.

A Universidade deve contribuir nesse movimento contrário ao domínio colonizador das potências.

Ao nos colocarmos em oposição aos objetivos estratégicos da maior potência mundial, estamos de fato reagindo ao domínio imperialista, domínio esse que caracteriza o capitalismo de nosso tempo. A realidade econômica, social, política e militar mostra que o mundo está dividido em áreas de influência e exploração por um pequeno número de países (grupo dos 7).

Com a crise, tem se acirrado a disputa dos capitais pela maior penetração e controle dos países atrasados. A estratégia dos blocos econômicos é traçada pelas potências e pelas corporações nelas radicadas. Os principais pontos que saltam à vista são: 1) agigantamento do saque financeiro promovido pelo endividamento das nações atrasadas; 2) abertura de mercados; 3) privatização e desnacionalização; 4) maior controle dos recursos naturais (fontes de energia, matérias-primas); 5) intervencionismo militar e alavancamento da indústria bélica.

Enquanto as potências impõem o livre comércio às nações semicolônias, praticam um feroz protecionismo. Enquanto se enriquecem e concentram capitais, as débeis nações retrocedem economicamente, desintegram-se e expandem a crise social.

As potências estão envolvidas pela crise de superprodução. A capacidade das forças produtivas comandadas pelas multinacionais se potenciou enquanto que o mercado se estreitou. O desemprego mundial avançou e a pobreza da maioria trabalhadora cresceu.

As tendências à estagnação e recessão em nível mundial lançam as potências a uma brutal guerra comercial. A disputa de blocos comparece como mecanismo de expansão e proteção dos interesses do grande capital em choque. As economias atrasadas sustentam a guerra comercial das potências.

Os governos têm aplicado os planos neoliberais. Planos tão contundentes que abrangem a abertura de mercado até as reformas trabalhistas que destroem elementares direitos sociais ("flexibilização" do trabalho). Não há país da América Latina que não esteja mergulhado num processo de quebra econômica e de desintegração social, cujo indicador mais evidente é o desemprego em grande escala e a abrangência dos níveis de pobreza absoluta.

O que está se passando na Argentina não é um fato isolado. A contundência dos acontecimentos nesse país vizinho não tem como ser circunscrito às suas fronteiras. Os países lati-

no-americanos estão interligados pela crise geral do capitalismo e pela condição de serem débeis perante o domínio das potências.

O desabamento do Mercosul como tentativa de integração regional expressou esse fenômeno. A ofensiva dos Estados Unidos para estender o Nafta (Estados Unidos, Canadá e México) para todo o continente por meio da Alca é a outra face da medalha. Sob o imperialismo, não há integração econômica. O que há é o recrudescimento do domínio do grande capital sobre a economia dos países capitalistas atrasados.

Os traços de soberania, que já são precários, estão ameaçados de sofrer golpes maiores. A concessão do governo brasileiro aos Estados Unidos de uso da Base de Alcântara é uma manifestação escandalosa de quebra de soberania. A Alca traz nas suas entranhas o expansionismo militar do imperialismo em nosso continente. Não é possível separar os interesses econômicos das potências de suas expressões bélicas.

Os trabalhadores não têm ficado passivos diante das consequências da crise e das duras medidas impostas pelos governos. Em toda parte surgem movimentos contrários ao desemprego, miséria e às reformas neoliberais. Argentina, Peru, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Colômbia estão marcados por movimentos de resistência populares. No Brasil, os trabalhadores terão de seguir o mesmo caminho para enfrentar a desintegração social, que já atingiu proporções insuperáveis. A luta contra a Alca é fundamental nessa resistência.

Somente aqueles que trabalham, que vivem do salário e sabem o que lhes custa o desemprego; somente os milhões que já estão mergulhados no desemprego; somente a juventude golpeada no seu futuro; somente estes poderão travar a luta pelas reivindicações vitais, pelo enfrentamento à ofensiva colonizadora do imperialismo e mostrar o caminho das transformações anticapitalistas.

É com essa convicção que trabalhamos pelo êxito do plebiscito contra a Alca e chamamos os estudantes, professores e funcionários a se juntarem aos demais trabalhadores brasileiros nesse movimento em defesa da soberania dos países atrasados, contra o expansionismo econômico-militar das potências e contra o avanço do desemprego e da fome entre aqueles que produzem toda riqueza.

Sintetizamos esse nosso manifesto contra a Alca em alguns pontos:

1. Defesa da soberania das nações atrasadas e oprimidas;
2. Defesa da vida da maioria trabalhadora explorada;
3. Defesa dos recursos naturais e econômicos do país;
4. Defesa da integração dos povos por meio da luta dos trabalhadores

Participam do Comitê e assinam o Manifesto: Apropuc, Afapuc, Centros Acadêmicos: Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Psicologia, Serviço Social e Direito

O esvaziado 7º Congresso dos Estudantes da USP

A realização do 7º Congresso dos Estudantes da USP, logo após a greve estudantil de 106 dias da FFLCH, deveria ser um ponto alto do movimento estudantil. O Congresso poderia refletir nas suas discussões as experiências da greve e a necessidade e possibilidade de um movimento mais amplo e geral na universidade pelo ensino público e gratuito, contra a política de sucateamento e privatização em curso, aplicada pelo governo e reitoria, a mando dos organismos internacionais (BID, Banco Mundial). Mas a direção do DCE e da grande maioria dos centros acadêmicos preferiu organizar um congresso esvaziado, burocrático e distante da luta concreta dos estudantes, privilegiando muito mais a disputa eleitoral pelo DCE.

A assembléia da FFLCH de 25 de julho aprovou, contra a vontade dos diretores do DCE presentes, a convocação de uma assembléia geral da USP, com dois objetivos: ampliar o movimento grevista da FFLCH para as outras unidades da USP e viabilizar a mais ampla participação de representantes da unidade em greve no Congresso. A direção do DCE convocou então um Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) para... votar a não realização da assembléia geral. No que contou com a aprovação da maioria dos diretores de CAS presentes. O pretexto de que o estatuto do DCE afirma que uma assembléia de unidade não pode convocar uma assembléia geral da USP se denuncia quando não se propõe nenhuma outra medida de unificação do movimento ou de ampliação de participação de representantes da unidade em greve, muito menos a convocação de uma assembléia em outra data.

O número de delegados eleitos para o Congresso foi baixíssimo, ao redor de 120. Menos de um terço do total de delegados do Congresso anterior. A FFLCH, que protagonizara a maior mobilização estudantil na USP nos últimos 30 anos, só elegeu uns poucos delegados na Letras, Sociais e Filosofia. As maiores delegações eram das da Faculdade de Direito, Escola Politécnica e interior de São Paulo. A participação em 6 dos 9 grupos de trabalho e discussão (GTs) era condição para que o delegado tivesse direito de voto. Assim, pouco menos de 90 delegados tinham direito de voto. O filtro de 10% de votos nos GTs para as propostas serem encaminhadas à plenária não funcionou, pois com GTs de 30 delegados bastavam 3 votos para o encaminhamento delas.

Os grupos de trabalho se reuniram no final de semana anterior à plenária, o que facilitava a participação das delegações do interior. Mas a jornada de discussão de dois dias inteiros e dois finais de semana seguidos excluiu uma parcela de delegados que trabalha aos sábados. A escolha de temas para os GTs, que privilegiava temas específicos em detrimento de temas gerais, dificultou a discussão, que dava tempo de sobra para assuntos limitados e escassez para questões fundamentais. E justamente as discussões mais importantes ficaram com pouco tempo no início das discussões de cada dia (conjuntura e política educacional, estrutura de poder). Em outros congressos, a realização de GTs em mais de um horário e com menos temas ampliava a participação e discussão.

Congresso esvaziado e estrangulado

Com um congresso esvaziado e dominado pelas duas correntes petistas que disputam a direção do DCE, a esquerda em geral teve pouca ou nenhuma participação: apenas o POR participou ativamente de todos os grupos e das plenárias, apresentando propostas e travando a luta política ao redor delas. Isto porque a participação no Congresso estudantil é um campo para a defesa do programa revolucionário, não importando a possibilidade de aprovação de propostas ou não. O boicote ao Congresso o entregaria às mãos do reformismo e bloquearia a possibilidade de expressão da política revolucionária em seu interior. A defesa do programa no Congresso é parte da luta para que o movimento estudantil assuma a política proletária e avance para a aliança com a classe operária e demais oprimidos rumo à revolução social, ainda que se constitua num passo muito pequeno. O fato da maior parte das propostas em polêmica no Congresso ter de um lado o POR e do outro outras correntes expressa a luta política do proletariado contra as influências da burguesia e pequena burguesia no movimento estudantil.

O que fez o POR

O objetivo do POR no Congresso foi o de defender e explicar o programa, e de trazer a discussão da greve da FFLCH ao conjunto do movimento estudantil. Assim, destacamos alguns pontos defendidos:

- Abaixo o capitalismo! Fim da exploração do homem pelo homem e defesa do socialismo.
- Solidariedade aos povos que lutam contra a opressão nacional. Não ao plano Colômbia. Nenhum soldado brasileiro em forças de intervenção nos outros países. Apoio à luta do povo palestino contra a opressão do Estado de Israel. Contra o intervencionismo econômico e bélico das potências mundiais.
- As eleições não são o caminho de resolução dos problemas da maioria oprimida. A resolução efetiva dos nossos problemas depende da revolução e do socialismo, que devem ser difundidos inclusive no momento eleitoral.
- Reestatização das empresas privatizadas sob controle operário.
- Apoio a todos os métodos de luta dos sem-terra.
- Estatização do ensino pago sob controle da comunidade universitária. Fim do vestibular e vagas para todos.
- Ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social.
- Defesa da real autonomia universitária, contra a chamada autonomia da gestão financeira.
- Destruição do poder autoritário da burocracia universitária. Soberania da assembléia geral universitária. Governo tripartite. Eleição direta e universal de todos os cargos com revogabilidade de mandato e submetidos à assembléia universitária. Orçamento elaborado pela comunidade, ao estado cabe apenas financiar. Fim das fundações e cursos pagos.
- Não às avaliações impostas pelos governos e reitorias
- Resolução sobre a greve da FFLCH.

As posições políticas do 7º Congresso

O Congresso começou votando a retirada de todas as bandeiras estratégicas avançadas do congresso anterior: rejeitou a defesa do socialismo, da solidariedade internacional, limitou o apoio aos sem-terra, condicionou a reestatização ao “controle popular” (vindo do governo Lula), rechaçou a escola única e vinculada à produção social e a estatização (portanto apoiou a escola privada), negou a bandeira do fim do vestibular (aprovou uma bandeira de ampliação de vagas, que só tem o fim do vestibular como horizonte inalcançável), condenou a autonomia universitária (ficou portanto ao lado do governo na chamada “autonomia da gestão financeira”), fixou como objetivo a ampliação da participação dos estudantes nos órgãos colegiados atuais (burocracia universitária) através da chamada paridade em contraposição à derrubada da burocracia e soberania da assembleia universitária, recusou-se a colocar como objetivo o fim das representações discentes (criadas em oposição e para esvaziar os CAs e DCE).

Assim, o Congresso desarmou politicamente o movimento estudantil para o próximo período.

As posições do DCE e da Força Socialista

Apesar de não se constituírem como blocos, havia basicamente três setores configurados nas votações: o dirigido pela atual diretoria do DCE (ligado a parlamentares e personalidades do PT), o encabeçado pela Força Socialista (Graúna), e alguns poucos delegados de posições revolucionárias. As posições mais conservadoras do Congresso eram definidas pelas votações das delegações do interior, da Escola Politécnica e da bancada da Faculdade de Direito. A Força Socialista iniciou o Congresso se abstendo de grande parte das votações, indicando o oportunismo eleitoral de não se desgastar com possíveis aliados nas eleições do DCE. Depois, votou dividida, ora com o setor mais conservador, ora com a esquerda. Destacamos

as votações mais graves:

- Absteve-se da defesa do socialismo. A abstenção neste caso é o mesmo que votar contra. Se não se defende o socialismo nem em congressos, não se vai defendê-lo nunca.

- Absteve-se da solidariedade internacional. A neutralidade em conflitos bélicos e de opressão nacional é na prática o apoio ao opressor.

- Votou contra a real autonomia universitária. Fez bloco com a posição governista de autonomia da gestão financeira.

- Foi a maior defensora da paridade nos colegiados, expressão da estratégia da ampliação da representação estudantil no interior da burocracia universitária, portanto de conciliação com ela, em oposição à assembleia universitária e voto universal.

- Opôs-se à proporcionalidade nas eleições do DCE, com claro propósito aparelhista (julga que vai ganhar as eleições).

- Opôs-se nos grupos a discutir a greve da FFLCH (em que jogou o papel de porta-voz da burocracia universitária da Congregação, que defendia o fim da greve, e se aliou à direita anti-greve). Afirmou que há um “refluxo” no movimento estudantil da USP, e insistiu que isso é resultado da atual gestão do DCE, novamente com claros propósitos eleitorais quanto ao DCE.

Essa corrente tem refletido em suas posições a direitização do PT. Não será capaz de impulsionar o movimento estudantil. Servirá, como na FFLCH, como meio de expressão no interior do movimento das tendências à conciliação com a burocracia, caminho que só pode levar os estudantes à derrota.

Cabe à vanguarda combativa da greve da FFLCH e a estudantes de posições revolucionárias de outras unidades estruturar uma corrente proletária na USP, capaz de dar expressão organizativa às posições políticas defendidas conjuntamente na greve da FFLCH e no 7º Congresso, para derrotar as correntes conciliadoras com a burocracia e avançar na luta pela democracia e autonomia universitária, e defesa da universidade pública e gratuita, em oposição à política de sucateamento e privatização.

Educação - SP

Projeto “Solidariedade”: dinheiro público para empresa privada Hopi-Rari e ataque ainda maior aos alunos e comunidade.

Nesta semana, o governo Geraldo Alckmin convocou as direções de escolas para lançar mais um projeto. Este tem o nome de “Solidariedade”, consiste: 1º - As escolas deverão concorrer entre si em uma gincana, reciclando papéis, plástico, jornal etc. e arrecadando aiamentos. Estas tarefas valerão pontos, 2º - Deverão usar o tema “solidariedade” para apresentar

uma peça, um cartaz etc. que também valerão pontos, 3º - O tema é “Independência” e, por fim, aquela escola que tiver mais pontos, concorrerá com a escola vencedora de outra diretoria de ensino até que sobre apenas uma. Qual é o prêmio: 40 ingressos para o parque Hopi-Hari, empresa privada que deve estar recebendo dinheiro público para subsidiar os tais 40 ingressos.

Quem ganha? A empresa privada que recebe o dinheiro com a máscara de estar sendo solidária. Quem perde? Os alunos, professores e funcionários da educação, que em nome das parcerias com as empresas são obrigados a deixarem a escola e caminhar pelas ruas pedindo “lixo reciclável”, para sustentar a política governamental de incentivo privado.

Secundaristas

Campanha contra o Enen

Rondônia:

Foi distribuído o boletim: “Colegas estudantes precisamos boicotar o Enen”.

Reproduzimos abaixo alguns trechos.

“A aguda crise do capitalismo que atinge todos os recantos da terra, tem aprofundado a miséria, aumentado o desemprego e como conseqüência a barbárie social. Dessa forma, os jovens são privados das suas condições elementares (escola, emprego, moradia etc). (...) Porto Velho comparece entre as cinco capitais com maiores percentuais de homicídios entre jovens de 15 a 25 anos.

São Paulo:

Foi distribuído o boletim: “O que vê sabe sobre o Enen?”

Alguns trechos desse boletim:

“ **A pergunta que fazemos:** Por que o governo está interessado em realizar um exame como esse? O governo fala que o Enen tem dois objetivos: 1) Que os estudantes que forem bem na prova estarão sendo ajudados a entrar na Universidade; 2) E que o Enen é uma forma de avaliação em que se aplica a capacidade de raciocínio e conhecimentos múltiplos.

Mas a verdade é: O Enen é um meio de favorecimento dos donos das escolas privadas. E por quê? Porque estarão economizando dinheiro com o vestibular. Essas escolas são as que aceitam a nota do Enen, como se fosse a do vestibular, para atrair uma parcela da juventude a estudar nas instituições particulares. Ao estudante não basta passar no Enen, têm de ter dinheiro para pagar altas mensalidades. As universidades públicas (USP, UNICAMP, UNESP) dizem que aceitam até 20% da nota da primeira fase. Portanto, somente os melhores colocados. Na segunda fase, o Enen não serve. É bom lembrar que esses já são os que têm possibilidade de ser aprovados nos vestibulares para tais universidades públicas.

O Enen serve para fortalecer a privatização do ensino superior. A maior parte dos estudantes serão levados a frequentar os cursos nas faculdades privadas. Essas faculdades têm crescido e se tornado verdadeiros negócios para os

Quando ao atendimento ao ensino médio, apenas 30% dos jovens conseguem vagas, na medida em que o ensino público vem sendo destruído, através de reformas e cortes nos investimentos. O acesso ao ensino superior é ainda mais difícil, que além do mais, depende de seleções, atendendo plenamente aos filhos dos burgueses.

Os vestibulares e o Enen devem ser

capitalistas da educação. Por outro lado, os estudantes sem nenhuma perspectiva para alcançar as faculdades públicas usam os míseros salários para encher os bolsos dos mercenários do ensino. Outros, chegam a se endividar através de financiamentos bancários. Está aí por que as escolas privadas estão satisfeitas com o Enen.

Que valor tem o Enen na Fuvest?

Quem diz isso? O estudo do Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação da USP afirma que o peso do Enen na Fuvest não interfere em nada nos resultados dos vestibulares da Fuvest. Diz que apenas 2,7% foram ajudados ou prejudicados pelo Enen, de um total de 121.247 inscritos. Portanto, não será com o Enen que a maioria dos estudantes chegará à universidade pública.

O acesso à universidade pública é barrado pelo vestibular. Os aprovados no vestibular são os que têm melhores condições financeiras para pagar um cursinho e também os que obtêm as melhores notas no Enen.

O Enen é parte da reforma educacional do governo

O governo vem impondo a destrui-

rejeitados pela juventude, movimentos estudantis e toda classe explorada. **Frente à política destruidora do ensino e ao Enen defendemos: fim dos vestibulares e outras formas de seleção. Estatização de todo o sistema de ensino, emprego a todos os jovens (jornada de 4 horas no trabalho e o restante na escola); uma escola científica, vinculada à produção social.**

ção da escola pública, através da reforma privatista do Banco Mundial. Para isso, fechou escolas, reduziu o número de salas de aula, superlotou outras, eliminou disciplinas da carga horária dos alunos, demitiu professores e impôs um brutal arrocho salarial.

O Enen como o Provão e o Saresp não avaliam nada. A conversa mole de que se trata de um exame para medir a capacidade de raciocínio dos alunos é uma grande mentira. O Enen e outras avaliações governamentais servem unicamente para acobertar a responsabilidade do governo de destruir a educação e ampliar a privatização do ensino. O gasta um dinheiro para promover o Enen. Um dinheiro público aplicado em favor do ensino privado.

Para onde deve ir o Enen?

Nossa luta é pelo fim de todo e qualquer vestibular. Defendemos o livre acesso de todos os estudantes à Universidade. Faz parte dessa luta a defesa da Universidade Pública, Gratuita, Científica e Autônoma. O que implica se colocar pelo fim da mercantilização do Ensino, em todos os níveis. Nós do movimento secundarista exigimos que a UNE, UMES, UBES trabalhem em torno dessas reivindicações. E que mandemos o Enen para aquele lugar.

Rondônia

Professores e estudantes devem lutar ao lado da classe operária

As reformas que FHC vem implementando no país seguem às determinações do imperialismo, atacam violentamente a classe operária e demais explorados. Dois setores foram atingidos de imediato com os cortes de investimentos e estímulo à iniciativa privada. Basta dar uma olhada o quanto vem crescendo a mercantilização da educação e saúde em detrimento das maiorias que necessitam do atendimento público nestes dois setores. Isso significa que no capitalismo, pelo grau de esgotamento que ele se encontra, provocado pela crise de superprodução, não existe mais lugar para as reformas que possam beneficiar minimamente os trabalhadores. Pelo contrário. As reformas têm se convertido em retiradas de importantes conquistas, desemprego, aprofundamento da miséria e de superexploração do que estão trabalhando.

Dados da própria imprensa burguesa indicam que São Paulo, o centro financeiro do país, atinge o mais alto índice de desemprego de janeiro a julho, com o desemprego de 25.056 trabalhadores.

A reforma FHC/Dornelles ataca as condições de vida dos operários e assalariados. Em nome da "flexibilização" trabalhista dá aos capitalistas todos os poderes para retirar direitos conquistados ao longo de lutas heróicas dos trabalhadores. São mais de 50 direitos que poderão ser retirados da CLT, tais como 13º salário, que poderá ser parcelado até 12 vezes, horário de alimentação, repouso semanal, licença maternidade etc.

No Estado de Rondônia a situação é grave

O governo Bianco (PFL), candidato à reeleição, fiel cumpridor das imposições de FHC/FMI, em janeiro de 2000 demitiu 10 mil servidores, aplicando a

Lei de Responsabilidade Fiscal (reforma tributária), que foi publicada em maio. Esta reforma representa um golpe sobre os trabalhadores em função de proteger o parasitismo financeiro próprio do capitalismo decadente.

A imprensa local tem revelado o aumento da violência no Estado. No que se refere ao homicídio entre jovens, Porto Velho se encontra entre as 5 capitais com mais alto índice de homicídios entre 15 a 25 anos.

Contra essa situação, levantamos a bandeira: Abaixo as reformas de FHC/FMI e Banco Mundial; Emprego para todos; Reajuste imediato de salário; Defesa de todos os direitos trabalhistas; Readmissão de todos os demitidos por Bianco e demais capitalistas; Emprego a todos os jovens; Redução da jornada de trabalho sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho).

Contra a destruição do ensino público:

Estudantes, professores e funcionários de escola devem se organizar em torno de uma política revolucionária

O ensino que já era considerado ruim, piora ainda mais com as políticas antinacionais e antipopulares de FHC/Bianco e demais governos municipais. Estes aplicam as medidas destruidoras da escola pública. São salas superlotadas, escolas sucateadas, são salários que sequer dão para ficar de pé, sobretudo dos municipais e, em particular, de Porto Velho, que paga um dos piores salários do Estado. Sem dizer que o legislativo aprovou mais um saque de 3% para o atendimento à saúde dos funcionários municipais (IPAM). Soma-se agora 16%, ficando 11% para a Previdência e 7% para a assistência à saúde. Acrescenta-se a isso os descontos em folha de percentuais

de internações e de taxas para a realização de exames.

Contra a destruição do ensino, estudantes, professores e funcionários das escolas precisam reivindicar que as direções sindicais (CUT, SINTERO, SINDEPROF etc), entidades estudantis (UNE, UBES, DCEs, Centros Acadêmicos e Grêmios estudantis) organizem as lutas, abandonem o eleitoralismo, o pacifismo e a conciliação de classe. Defendemos a democracia operária nessas instâncias. Que todas as correntes de pensamento possam ter voz e vez para a livre expressão de suas idéias e descontentamento.

Contra a destruição do ensino e defesa da vida das massas, a Corrente Proletária na Educação defende:

1. Fim da mercantilização do ensino e criação de um sistema único, público e gratuito, enfim, a escola laica e vinculada à produção social. Estatização de todo o sistema educacional, expropriando os empresários da educação;

2. Fim do controle das Secretarias de Educação (Estado) sobre as escolas. Controle pedagógico e financeiro das escolas pelos trabalhadores em educação, pais e estudantes. Que as escolas sejam financeiramente mantidas pelo Estado;

3. Fim do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos vestibulares. Livre acesso a todos os níveis de ensino.

4. Abaixo à Alca e demais acordos com o imperialismo. Não pagamento da dívida externa. Abaixo os governos entreguistas. Por um governo operário e camponês.

5. A luta pelo socialismo (fase de transição para uma sociedade sem classes), para garantir uma escola científica para todos, a escola vinculada à produção social.

Municipais SP:

O colaboracionismo da direção do Sinpeem

No dia 21/08, os municipais realizaram a maior manifestação do ano. Mais de oito mil trabalhadores foram rejeitar a proposta da prefeitura petista de 2%. Porém, o PCdoB novamente monopolizou o carro de som e impediu a subida do POR que ia defender a greve já! Conduziu a manifestação a votar a proposta da diretoria de "permissão para chamar a greve somente quando a prefeita cortar o plano de carreira". Após o ato/assembleia, em frente a Secretaria de Gestão, a manifestação saiu em passeata até a Câmara de Vereadores para fazer evidentemente demagogia eleitoral. Somente após a dispersão do movimento é que foi aberta a palavra no carro de som aos partidos legais. Mesmo assim, o POR subiu e rechaçou o eleitoralismo e defendeu a greve.

Novamente, a direção do sindicato manobrou a categoria para não votar a greve e manter o eixo pacifista-eleitoralista. Conduziu agora o movimento a pressionar os vereadores caso o projeto fosse à votação. Assim a categoria foi induzida a aceitar essa esmola, pois votou outra proposta como eixo de greve. E a reivindicação original da campanha, os 62% de perdas, foi esquecida.

A greve vinha sendo adiada pelas entidades do SINP (25) desde o primeiro semestre. Em julho, quando ocorreu o esvaziamento do movimento, as dire-

ções sindicais se apressaram em assinar o acordo que propunha a inflação parcelada, mais um abono e outras migalhas. Porém o PT, diante da fraqueza da burocracia, reduziu a proposta a 2%, alegando falta de verbas e falta de unidade das entidades. No fundo, a prefeitura queria que a burocracia sindical das 25 entidades pressionassem as outras duas que faltavam, o SINPEEM e a APROFEM.

Em agosto, os RES do SINPEEM aprovaram mais uma manifestação. Quando a prefeitura percebeu que muitas escolas iriam parar, chamou no dia anterior as 25 entidades e fechou o acordo em cima da proposta da inflação parcelada e do abono. E diante da manifestação massiva do magistério, porém controlada pela burocracia para não fazer greve, aproveitou para se passar por boa patroa e recompensar os burocratas. No dia seguinte, concedeu essa esmola também aos que haviam rejeitado, em nome da "democracia".

Assim termina a campanha salarial. O grave é que os municipais arcarão com o prejuízo das perdas e provavelmente com o corte do plano de carreira, pois estarão iludidos com o eleitoralismo da burguesia e de seus partidos. Cabe aqui, ressaltar a responsabilidade também por esse fiasco dos setores que se dizem oposição à diretoria (PSTU/PCO/Independentes), que também não se opuseram a tamanha traição da direção, por estarem

enfrentados no eleitoralismo de suas campanhas. Concordaram com o eixo pacifista-eleitoralista desde o começo, pois nunca apostaram e não "acreditavam" na greve.

Eleição do SINPEEM: PCdoB, PSTU e PT comporão a nova diretoria do Sinpeem

No dia 30/08, ocorreu a eleição para direção do SINPEEM. Concorreram 4 chapas. A chapa 1 do PCdoB. A chapa 2 do PSTU. A chapa 3 do PT/FS/DS/Independentes, uma cisão da diretoria. A chapa 4 do PCO. O resultado da eleição foi: Chapa 1 teve 51% dos votos. A chapa 2, 24%, a chapa 3, 25%. A chapa 4, 1,8%, ficou abaixo da linha de corte de 20% e estará fora da nova direção.

O POR, apesar de incipiente na categoria, se empenhou para formar uma chapa. Porém a Liga Operária, que compôs a chapa 4 na eleição da Apeoesp, no Sinpeem rejeitou os princípios e conseguiu arrastar outros setores. Dessa forma, inviabilizou a formação de uma verdadeira chapa oposicionista. Assim, a corrente proletária atuou na eleição do Sinpeem defendendo o voto nulo programático, criticando o oportunismo e o eleitoralismo das correntes e defendendo a construção de um verdadeiro sindicato de luta de classes.

Ceará Mirim (RN)

Lançamento da Revista da Corrente Proletária na Educação

Debate: Concepção Marxista da Educação

No dia 17 de agosto, a Corrente Proletária/POR chamou os trabalhadores para o debate. Diz assim: "O lançamento da edição nº 5 da Revista Proletária na Educação é resultado da elaboração da Corrente no último período, que resultou em cursos de formação política, artigos para o Jornal Massas e boletins da Corrente Proletária secundarista. O fundamental é que se apóia na formulação marxista da educação e procura responder aos problemas particulares e atuais que se vivencia na militância revolucio-

nária. Essa tarefa é parte da elaboração do programa do partido, portanto de sua construção.

Num momento em que as correntes de esquerda rechaçam as concepções marxistas e embarcam de malas e bagagens nas formulações reformistas da educação, torna-se mais importante a defesa e a luta política pelas concepções marxistas da educação, expressão da aplicação do materialismo histórico.

Vivemos a época histórica de desintegração do modo de produção capitalista e de destruição dos direitos democráticos mais elementares, como a

educação. Os trabalhadores na educação e estudantes têm de compreender isso e lutar junto à classe operária pela revolução social".

Ceará Mirim

Com a bandeira antiimperialista e anticapitalista de Estados Unidos Socialistas da América Latina foi constituído o Comitê Anti-Alca. Realizou-se, também, o debate sobre a Alca. O Comitê se integra na campanha nacional com a realização do plebiscito. Sabemos que a tarefa de barrar a Alca está nas mãos da classe operária e demais oprimidos.

Colonização do Rio Grande do Norte: resistência indígena e ocupação portuguesa

PARTE I A ofensiva colonialista

O início da colonização portuguesa no Brasil se deu após 30 anos de extração do pau-brasil e de tentativas expedicionárias na procura de riquezas minerais (ouro e prata). A divisão da colônia brasileira em capitanias hereditárias e a permissão para a entrega de terras na forma de sesmarias (concessão) a fidalgos e colonos portugueses (elementos que tinham posses para arcar com os custos da administração da capitania e condições para comprar escravos) foram mecanismos usados para de fato ocupar e explorar. Tal iniciativa era proveniente da decadência do comércio com o Oriente, das ameaças de invasão por parte de franceses e, mais tarde, dos holandeses, e pelo fato dos espanhóis conquistarem regiões vizinhas (Peru) e tomarem posse de ricas minas. Explorar e transformar a colônia em região produtora de gêneros agrícolas para o mercado europeu foram objetivos que permitiam a acumulação de capital para a nascente burguesia metropolitana e fortalecimento do Estado monárquico.

A disputa entre as metrópoles europeias pela expansão colonial e controle fizeram com que países como a França, Espanha, Inglaterra e Holanda contestassem a posse da "Terra de Santa Cruz" pelos portugueses. Os espanhóis e franceses, nas primeiras décadas do século XVI, estiveram envolvidos no comércio do pau-brasil e na posse da terra. O importante é que os choques entre os colonialistas foi descarregado sobre as nações indígenas.

As explicações que têm como centro as disputas religiosas (católicos e protestantes) e a necessidade portuguesa de impor o catolicismo na colônia, através da "conversão forçada dos nativos", servem unicamente para acobertar os interesses colonialistas e o papel da Igreja na ocupação, exploração e genocídio dos indígenas. A história de conquistas religiosas e de catequese é a história das conquistas econômicas e da opressão sobre povos. No Brasil, as chamadas "guerras justas", com intuito de escravizar indígenas, eram traçadas em comum acordo com a Igreja. Os franceses (boa parte protestantes) tinham objetivos mercantis. Usaram os índios para o trabalho de extração e carregamento da madeira, através do escambo. A colonização do Brasil, como necessidade do capitalismo nascente, se fez às custas do genocídio de milhões de índios.

A capitania do Rio Grande do Norte

A capitania que compreendia o atual Rio Grande do Norte foi doada a João de Barros e Aires da Cunha, por D. João III de Portugal, pelo Foral de 19 de novembro de 1535. Essa tentativa colonizadora fracassa devido à resistência indígena e a luta dos franceses, que já exploravam as riquezas na região. Foi necessário a investida militar dos portugueses para expulsar os franceses e conter a resistência indígena. A chegada da esquadra, em 1598, com artilharia, munições e provisões permitiu avançar na conquista do Rio Grande.

Uma história de luta e resistência dos indígenas do Rio Grande do Norte

Existiam várias tribos no Rio Grande do Norte.

Os potiguares habitavam todo o litoral, desde a Paraíba até o Ceará. Mas não eram os únicos, no litoral também estavam os Guaraíras, os Paiguás e Iundiás. Os potiguares foram os primeiros a resistirem às tropas comandadas por Mascarenhas Homem. Os potiguares se autodenominavam de tupis e chamavam todas as outras demais tribos de tapuias (que significa "os que não são tupi") ou cariris – o calado, silencioso.

As tribos de Ariús ou Afeias, Panatis, Caicós, Icós (encontra-

vam-se também na região serrana) e Pebas habitavam a região do seridó do Rio Grande do Norte e eram procedentes dos sertões da Paraíba. A chapada do Apodi era povoada pelos Paiacus, Canindés e Moxorós (esses deram origem ao nome da cidade de Mossoró) que fugiram do Ceará, além dos Pajeús, Janduís (eles habitavam as terras entre os rios Assu e Jaguaribe, no Ceará), Caborés e Icozinhos. Os Pacajus, Panatis e Paiins habitavam a região serrana.

A conquista do território norte-rio-grandense pelos colonizadores portugueses foi lenta e violenta. Eles fizeram três tentativas, obtendo êxito somente na última comandada por Mascarenhas Homem.

A primeira tentativa foi de 1535. João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade associaram-se para conquistar as capitanias do Rio Grande do Norte e Maranhão. Aires da Cunha comandou a expedição devido sua experiência em lutas marítimas. João de Barros enviou dois filhos e Fernão de Andrade um representante. Aires da Cunha partiu em novembro de 1535, com uma frota de cinco naus e cinco caravelas com novecentos (900) homens e cem (100) cavalos. Uma força militar considerável. Eles aportaram em Pernambuco, só depois prosseguindo pelo litoral em direção ao Norte. Aportaram na embocadura do rio Ceará-Mirim, chamado também de Baquipe ou rio Pequeno. Pensavam iniciar ali a colonização, porém, a resistência dos índios potiguares e a ação dos franceses foram muito fortes, expulsando os conquistadores portugueses.

Impossibilitados de fixarem-se com a sua gente às margens do rio Ceará-Mirim, perdendo alguns de seus homens na luta contra os potiguares, Aires da Cunha resolveu direcionar a expedição para o Maranhão. Perto do Maranhão, o navio comandado por Aires da Cunha naufragou, vitimando-o.

Depois de algum tempo, os filhos de João de Barros retornaram do Maranhão e ainda tentaram apossar-se das terras doadas a seu pai no Rio Grande do Norte. Mas a luta de resistência dos potiguares colocou para fora novamente os invasores portugueses. Os filhos de João de Barros tentaram uma segunda vez em 1555, mas novamente fracassaram.

Depois de mais de uma década de resistência, a guerra dos Potiguares, os portugueses conseguiram penetrar na região. Os sobreviventes Potiguaras passaram a viver num lugar chamado baía da Traição. Os colonizadores fundaram o forte dos Reis Magos (1598) e a Vila de Natal, no ano seguinte. Em seguida, partiram para a expulsão dos franceses, que se encontravam no Maranhão.

A capitania do Rio Grande do Norte constituía uma comarca da Capitania da Paraíba. Somente em 1818, a capitania do Rio Grande do Norte foi desmembrada da comarca da Paraíba, formando a capitania e comarca do Rio Grande do Norte. Natal passou a condição de cidade em 1823.

A resistência indígena não se limitou à Guerra dos Potiguares. Os cariris travaram um combate feroz contra a escravidão. A Guerra dos Bárbaros ou Confederação do Cariri (1685) teve como causa a utilização da mão-de-obra indígena como escravos. Apesar da luta heróica, os indígenas não puderam conter a fúria dos colonizadores. Estes impuseram um acordo que obrigava a aceitar o batismo cristão, a ceder 5000 guerreiros como escravos e 10 léguas para se fixarem. Mesmo assim, em 1694 foi ordenado as expedições de extermínio.

A história das lutas indígenas contra o domínio colonialista mostra bem que os colonizadores, para ocupar e explorar, foram obrigados a desfechar um violento golpe contra as nações indígenas. A ocupação da capitania do Rio Grande do Norte faz parte desse choque entre os saqueadores e os habitantes indígenas. Não podemos esquecer que os colonialistas portugueses provocavam as rivalidades entre as tribos com a finalidade de conquistar terras e também escravizar os vencidos. A exploração da colônia brasileira e a introdução do capitalismo pelos colonialistas portugueses se processaram através da violência reacionária da burguesia, da Igreja e do Estado metropolitano.

62 anos do Assassinato de Trotsky:

Seu Maior Legado: A Teoria da Revolução Permanente

No dia 20 de agosto de 1940, Jacques Mornard desferiu um golpe de picareta de alpinista sobre a cabeça de Leon Trotsky, que se encontrava exilado no México, na cidade de Coyoacan. Na verdade, Jacques Mornard apenas foi o executor de uma ordem ditada pelo carrasco Josef Stalin. Em 20 de agosto de 2002, a morte do grande revolucionário russo completou 62 anos. Se a morte de Trotsky foi um grande golpe na IV Internacional, que recém se organizava, em nada abalou a força de seu pensamento, que hoje emerge como uma potência diante da desintegração do capitalismo e do processo de restauração capitalista na Rússia.



Trotsky se elevou à altura dos maiores homens que a humanidade já conheceu. Ao lado de Lênin, Marx e Engels, o militante bolchevique colocou a doutrina marxista num patamar que obriga qualquer organização que pretenda construir o partido da revolução socialista a assimilá-lo. Como meio de difusão de seu trabalho teórico e programático, o POR está publicando uma série de materiais.

A teoria da revolução permanente foi o maior dos legados de Leon Trotsky. Inclusive, foi o principal instrumento que norteou esse militante do proletariado a combater o revisionismo estalinista e a restauração capitalista na ex-União Soviética. Expomos abaixo um resumo da teoria da revolução permanente feita por Trotsky no prefácio da publicação do livro "1905. Balanço e Perspectivas".

"Os mencheviques procuraram sempre em toda parte descobrir indícios de desenvolvimento de uma democracia burguesa, e quando não os encontravam, os imaginavam. (...) Os mencheviques se esforçavam tão fanaticamente em encontrar uma democracia burguesa dirigente de forma que ficasse assegurado o caráter burguês 'legal' da revolução, que eles mesmos se encarregaram (com mais ou menos êxito) de cumprir

com os deveres daquela durante a revolução, quando não aparecia nenhuma democracia burguesa dirigente. Está completamente claro que uma democracia pequeno-burguesa sem nenhuma ideologia socialista, sem um estudo marxista das relações de classe, não podia atuar, nas condições da revolução russa, de outra forma como atuaram os mencheviques como partido 'dirigente' da revolução de fevereiro. A ausência de uma base social séria sobre a qual se apoiasse uma democracia burguesa se demonstrou nas pessoas dos mesmos mencheviques: caducaram rapidamente e foram varridos pela continuação da luta de classes, já no oitavo mês da revolução.

Ao contrário, o bolchevismo não estava contagiado em nada pela crença no poder e na força de uma democracia burguesa revolucionária na Rússia. Desde o princípio reconheceu a significação decisiva da base operária na revolução vitoriosa, mas seu programa se limitava, na primeira época, aos interesses das grandes massas camponesas, sem a qual - e contra a qual - a revolução não poderia

ser levada a cabo pelo proletariado. Daí o reconhecimento (interino) do caráter burguês da revolução.

Segundo a sua apreciação das forças internas da revolução e de suas perspectivas, o autor (refere-se a ele próprio Trotsky) não pertencia, naquele período, nem a uma nem a outra corrente principal do movimento operário russo. O ponto de vista adotado então pelo autor pode ser formulado de uma maneira sintética, como segue:

Correspondentemente a suas tarefas mais próximas, a revolução começa sendo burguesa, mas logo faz com que se despreguem rapidamente potentes antagonismos de classe e que somente poderá chegar a vitória caso a única classe capaz de se colocar à cabeça das massas oprimidas - o proletariado - conquiste o poder. Uma vez no poder, o proletariado não quer e não pode limitar-se aos marcos de um programa democrático burguês. Pode levar a cabo a revolução somente se a revolução russa se prolongue em uma revolução do proletariado europeu. Então se superará o programa democrático burguês da revolução, junto com seu marco nacional, e a dominação política temporal da classe operária russa avançará para uma ditadura socialista permanente. Mas se a Europa não avança, então a contra-revolução burguesa não tolerará o governo das massas trabalhadoras na Rússia e empurrará o país para trás - mais para trás de que a república democrática de operários e camponeses.

O proletariado, uma vez chegado no poder, não deve se limitar aos marcos da democracia burguesa, tem de aplicar a tática da revolução permanente, isto é, anular os limites entre o programa mínimo e máximo da social-democracia, passar a reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato na revolução do Oeste Europeu".

Governo norte-americano está decidido a invadir o Iraque

O vice-Presidente dos Estados Unidos Dick Cheney deu seu parecer favorável à invasão militar do Iraque. Mais do que simples ameaça, afirmou que não se deve demorar.

O imperialismo europeu - França e Alemanha - teme o fortalecimento militar dos EUA no Oriente Médio. O governo inglês segue as determinações de Bush, mas está dividido. O Japão procura manter-se à distância, mas não vê com bons olhos a ofensiva da maior potência.

Todos sabem que a guerra ianque contra o Iraque é o caminho escolhido pela fração capitalista norte-americana para ampliar seu domínio sobre as fontes de petróleo, gás e exercer maior controle estratégico do Oriente Médio etc. E sua fabulosa indústria bélica pode, assim, movimentar seu arsenal acumulado.

O "motivo" que levou os EUA a invadirem o Afeganistão, deporem seu governo e implantarem um fantoche foi suficientemente forte para que a burguesia mundial se colocasse caiaçinha por debaixo dos reais motivos econômicos e militares dos invasores. Mas a guerra contra o Iraque, sob a alegação de produzir armas químicas e proteger o terrorismo islâmico, não pode mascarar os reais objetivos.

A administração Bush conhece, por sua vez, as razões da França e Inglaterra não hipotecarem apoio à ocupação norte-americana do Iraque. Não lhes convém ceder mais espaço aos EUA no seu domínio mundial.

A crise mundial será mais potente e tudo indica que recrudescerá a disputa interimperialista em torno da divisão do mundo estabelecida no pós-guerra. Os EUA vêm se posicionando perante ela com a expansão militar. Como potência hegemônica, acha-se na posição de defender o capitalismo com os métodos mais ofensivos do imperialismo contra as semicolônias.

Entretanto, o expansionismo norte-americano traz disputas e conflitos com as demais frações imperialistas. Os perigos dessa movimentação são grandes, mas é a desintegração do capitalismo em sua crise estrutural que obriga a ofensiva colonialista do grande capital e acirra a disputa de interesse entre as potências.

A superprodução crescente, o estreitamento do mercado mundial, o acúmulo de capital financeiro parasitário, a falência dos países semicoloniais e as conseqüentes tendências recessivas empurram a economia internacional a grandes quebras. Os elementos das crises asiática, latino-americana, russa etc foram contornados conjunturalmente, mas não afastados.

Manifestam-se nos EUA, depois de uma década de crescimento em boa parte especulativo. Nada indica que o Japão ou Europa possam sair da estagnação e atuar como carro chefe do reanimamento mundial. É a confluência desses fatores, que têm por base o choque entre as forças produtivas e as relações de produção na sua forma

monopolista, que lança a administração Bush a atuar por cima das fronteiras nacionais da maioria dos países com brutais medidas econômicas e com planos de expansão militar.

Chega ao ponto de demonstrar que pode desconhecer completamente a oposição diplomática da Alemanha e França. A ousadia dos ianques os levou ao ponto de colocar a guerra contra o Iraque como decisão unilateral, se assim for necessário.

É claro que não se trata de que automaticamente agirão com essa determinação. As divisões internas ao governo norte-americano, o descontentamento da população, os riscos de uma oposição dos países árabes, os movimentos antiimperialistas que despontam entre as massas, e a negativa dos europeus em darem carta branca aos objetivos dos EUA têm sido obstáculos aos cálculos militares de Bush. Mas não quer dizer que permanecerão como tal. Tudo depende do proletariado mundial e do conjunto dos oprimidos ampliarem a luta antiimperialista e potenciarem-se para a luta anticapitalista.

A probabilidade de que os EUA coloquem sua máquina de guerra contra o Iraque é grande. Trata-se das forças revolucionárias trabalharem em defesa do país oprimido contra o agressor imperialista. O ponto de partido, para nós, está em trabalhar pela constituição de uma frente única antiimperialista, dirigida pelo proletariado.

Recomendações da Reunião do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)

Recomenda-se às seções do CERQUI realizar um trabalho sério de penetração no seio das massas, com a finalidade de formar profissionais verdadeiros, a fim de que possam atuar como estado maior das massas exploradas.

Os partidos devem ter muito cuidado em desenvolver um

trabalho político legal e clandestino.

Recomenda-se regularizar a saída da revista do CERQUI "Revolução Proletária".

Foi fechada a data para a próxima reunião do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI)

**No próximo número do Massas:
Resolução do Congresso do POR boliviano 2002**